

Pessoal do Instituto de Investigação Agronómica do Ministério da Agricultura.

**Despacho n.º 441/13:**

Nomeia definitivamente António Manuel para a categoria de Encarregado Qualificado, Carreira de Operário, do Quadro de Pessoal do Instituto de Investigação Agronómica do Ministério da Agricultura.

**Despacho n.º 442/13:**

Nomeia definitivamente Martinho Figueira Mananças para a categoria de Encarregado Não Qualificado, Carreira de Operário, do Quadro de Pessoal do Instituto de Investigação Agronómica deste Ministério.

## Ministério da Construção

**Despacho n.º 443/13:**

Transfere Filipa Adão Manuel, Técnica Média de 1.ª Classe, em regime de destacamento para o Governo Provincial do Zaire.

## Ministério da Energia e Águas

**Despacho n.º 444/13:**

Exonera Luzia António Filipe da Conceição do cargo de Directora Geral-Adjunta do Gabinete para a Administração da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene.

**Despacho n.º 445/13:**

Transfere para o quadro de pessoal do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos o Pessoal ora afecto à Direcção Nacional dos Recursos Hídricos.

## Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

**Despacho n.º 446/13:**

Cria a comissão de trabalho encarregue pela estruturação, organização e execução administrativa do IV Conselho Consultivo na Província do Uíge.

**Despacho n.º 447/13:**

Transfere Carmen Paixão António, Técnica Média de 3.ª Classe, da Secretaria Geral para a Direcção Nacional das Telecomunicações.

c) Ministro do Urbanismo e Habitação;

d) Governador Provincial de Luanda.

2.º — A Comissão é apoiada por um Grupo Técnico, coordenado por Armando Manuel, Secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, e integrado pelas seguintes entidades:

a) António Teixeira Flor — Secretário de Estado da Construção;

b) Manuel Francisco Clemente Júnior — Secretário de Estado do Urbanismo;

c) Valentina Filipe Matias — Secretária de Estado para Finanças;

d) António Gomes Godinho de Resende — Representante do Governo da Província de Luanda.

3.º — A Comissão acima referida possui as seguintes atribuições:

a) Negociar com o Grupo Investidor um Memorando de Entendimento para a construção da Nova Cidade de Luanda;

b) Assegurar que a implementação do projecto obedeça a um modelo de parceria público-privada, nos termos da legislação em vigor;

c) Assegurar que o Grupo Investidor tenha como contrapartida direitos sobre o loteamento e venda dos terrenos;

d) Efectuar diligências para obter apoio do Grupo Investidor para aprovação do Memorando de Entendimento pelo Governo da República da China.

4.º — A Comissão ora criada tem um prazo de noventa dias (90) de vigência, findo o qual o Coordenador deve apresentar o Relatório Final dos trabalhos efectuados ao Titular do Poder Executivo.

5.º — Aprovado o relatório final pelo Titular do Poder Executivo, considera-se extinta a Comissão.

6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

7.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Janeiro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

### Despacho Presidencial n.º 15/13 de 7 de Fevereiro

Considerando que os níveis de crescimento demográfico impostos às cidades litorâneas demandam a criação de respostas dinâmicas, consubstanciadas no surgimento de novos centros habitacionais e empresariais;

Tendo em conta que o estímulo ao crescimento das iniciativas imobiliárias requer em primeira instância a existência de soluções atractivas para a cobertura do custo de infra-estruturas, comportando redes viárias e de água, saneamento básico, telecomunicações e sistemas de transporte intermodal;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É criada a Comissão de Negociação para o Projecto de Construção da Nova Cidade de Luanda, coordenada por Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa, Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República e integrada pelas seguintes entidades:

a) Ministro das Finanças;

b) Ministro da Construção;

## MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

### Despacho Conjunto n.º 425/13 de 7 de Fevereiro

Considerando que foram aprovadas pelo artigo 1.º, do Decreto Presidencial n.º 88/12, de 18 de Maio, as condições gerais para o financiamento das linhas de crédito bonificadas;

Tendo em conta que a alínea c), do artigo 2.º, do referido Diploma confere poderes aos Ministros responsáveis pelo fomento empresarial e pelas finanças públicas para regulamentarem, por meio de Decreto Executivo Conjunto,

matérias sobre as Linhas de Crédito Bonificadas para as Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares;

Considerando que a actividade salineira é reconhecida de elevada importância para a economia do país e estimuladora do fortalecimento e do espírito de empreendedorismo, criando novas oportunidades de emprego estáveis e ser merecedora de incentivos porque contribui para o mitigar da pobreza;

Considerando ainda que a actividade de produção de sal, apesar de estar inserida no sector das pescas, não vem expressamente consagrada nos sectores e micro-sectores prioritários definidos na alínea a), do n.º 2, do artigo 12.º e na alínea a), do n.º 2, do artigo 15.º, dos Regulamentos do Mecanismo de Garantias Públicas para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares e das Linhas de Crédito Bonificado para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares, aprovados pelos Decretos Executivos Conjuntos n.ºs 255 e 256/12, de 9 de Agosto, respectivamente, e a sua inclusão neste sector ao abrigo do que dispõe o n.º 3, do artigo 12.º e o n.º 3, do artigo 15.º, dos já referenciados Regulamentos, requer autorização especial da Entidade Gestora do Fundo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, do n.º 3, do artigo 12.º, e do n.º 3, do artigo 15.º, dos referidos Regulamentos, determina-se:

1.º — São incluídos os projectos do Micro-Sector de produção de sal nas prioridades para o acesso aos mecanismos das linhas de crédito bonificados a que se referem as alíneas a) dos n.ºs 2 dos artigos 12.º e 15.º dos Regulamentos aprovados pelos Decretos Executivos Conjuntos n.ºs 255 e 256/12, de 9 de Agosto, respectivamente.

2.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Janeiro de 2013.

O Ministro da Economia, *Abraão Pio dos Santos Gourgel*.

O Ministro das Finanças, *Carlos Alberto Lopes*.

---

## MINISTÉRIOS DO ENSINO SUPERIOR E DAS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

**Despacho Conjunto n.º 426/13**  
de 7 de Fevereiro

Havendo necessidade de se criar uma Comissão de Acompanhamento e Apoio à Gestão do Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação, na fase inicial do seu funcionamento;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente de República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1.º — É criada uma Comissão de Acompanhamento e Apoio à Gestão do Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação, encarregue de assessorar os seus órgãos executivos de gestão no domínio científico, pedagógico, administrativo e financeiro, com a seguinte composição:

- a) António Miguel André — Secretário de Estado do Ensino Superior para a Supervisão, Coordenador;
- b) Aristides Cardoso Frederico Safeca — Secretário de Estado para as Telecomunicações, Coordenador-Adjunto;
- c) Carmen Ivelize Van-Dúnem do Sacramento Neto dos Santos — Directora Nacional de Formação Graduada;
- d) Eugénio dos Santos Novais — Consultor do Secretário de Estado do Ensino Superior para Supervisão;
- e) João da Cruz Kundonguende — Consultor da Secretária de Estado do Ensino Superior para Inovação;
- f) Elisa Margarida Rocha da Silva Romão — Secretária Geral do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação;
- g) Silvina Alcina Tavita Menezes — Directora Nacional das Telecomunicações;
- h) Américo António dos Santos — Director do Instituto das Telecomunicações;
- i) Manuel Augusto Pedro — Sub-Director Pedagógico do Instituto das Telecomunicações.

2.º — A Comissão ora criada deve submeter à aprovação dos titulares do Ministério do Ensino Superior e das Telecomunicações e Tecnologias de Informação o respectivo Programa de Trabalho e o Regulamento de funcionamento.

3.º — A Comissão ora criada deve manter-se em funções nos primeiros doze (12) meses de funcionamento do Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação.

4.º — As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho Conjunto dos titulares do Ministério do Ensino Superior e das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

5.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Janeiro de 2013.

O Ministro do Ensino Superior, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

O Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, *José Carvalho da Rocha*.